

## A TEORIA IMPORTA?

The theory it's important?

La teoría importa?

Gustavo Martins Piccolo\*  
Enicéia Gonçalves Mendes\*\*

---

**RESUMO:** O presente texto busca destacar a importância nodal assumida pela teoria como preposto ontológica fundamental ao pensar e transformar da realidade que nos cerca, ávida em pensares esvaziados tão característica dos tempos hodiernos. Tempos estes que tendem a naturalizar os mais distintos fenômenos sociais, dificultando seu entendimento e a possibilidade de tracejar de um distinto futuro. A deficiência é certamente um destes fenômenos, vista como falha biológica tem sido sistematicamente abortada em seu pensar como produção histórica, transpasso de fundamental importância para o fomento de políticas públicas e de um novo entendimento do próprio conceito, temas abordados no presente artigo.

---

**Palavras-chave:** teoria, deficiência, sociologia.

**ABSTRACT:** This paper seeks to highlight the importance assumed by theory of the fundamental thinking and transform the reality around us, eager to think about emptied so characteristic of modern times. These times that tend to naturalize the most distinguished social phenomena, hindering their understanding and the possibility of a different future dashed. A deficiency of these phenomena is certainly seen as biological flaw has been systematically aborted in their thinking as historical production, pierced with fundamental importance to the promotion of public policies and a new understanding of the concept, topics covered in this article.

---

**Keywords:** theory, disabilities, sociology.

**RESUMEN:** El presente texto busca destacar la importancia nodal asumida por la teoría como prepuesto ontológico fundamental al pensar y transformar la realidad que nos rodea, ávida en pensares vacíos tan característica de los tiempo hodiernos. Tiempos estos que tienden a naturalizar los más distintos fenómenos sociales, haciendo difícil su entendimiento y la posibilidad de proyectar a partir de un futuro distinto. La deficiencia es ciertamente uno de estos fenómenos, vista como falla

---

\* Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos- UFSCar e professor efetivo da rede estadual de Educação de São Paulo. Endereço: Alameda Estevo, n.436, centro, Gavião Peixoto-SP, CEP: 14813000. Contato: gupiccolo@yahoo.com.br

\*\* Pós-Doutorado pela Sorbonne- Universite Paris V- Rene Descartes; Doutora em Psicologia pela USP e professora adjunta da UFSCar. Contato: egmendes@ufscar.br

biológica ha sido sistemáticamente abortada en su pensar como producción histórica, traspaso de fundamental importancia para el fomento de políticas públicas y de un nuevo entendimiento del propio concepto, temas abordados en el presente artículo.

---

**Palabras clave:** teoría, deficiencia, sociología.

## INTRODUÇÃO

Tempos difíceis os nossos, de prática alienada e teoria desacreditada, do conhecimento transformado em espetáculo e dos corpos teatralizados. Era da informação ou será do esvaziamento? Vivemos em constante paradoxo. Jamais foi tão grande a distância entre as possibilidades objetivas no que tange a constituição de um tropos efetivamente democrático e a apropriação subjetiva das oportunidades contidas neste preposto ontológico. Como justificar e combater este divórcio quase que em estado de antítese binária? Pela prática? Certamente. Mas só por ela, pelo fazer cego e guiado de maneira imediata, independente da reflexão? Evidente que não.

Em virtude destes elementos, mais do que em qualquer outra época histórica, nos deparamos com uma necessidade sensível de voltarmos a discutir a importância, o significado e as proposições que podem ser gestadas a partir de questionamentos teóricos. Nas sociedades de massas, espaço em que o pensamento crítico e criativo tende a se mostrar podado, a teoria assume função das mais centrais, a citar, despertar-nos para a historicidade e mutabilidade dos fatos sociais. Este é seu mote constitutivo no atual estado de coisas, a citar, mostrar que nossa realidade pode e deve ser diferente.

O caráter basilar da teoria aqui apontado como suposto reflexivo da sociedade contemporânea se mostra ainda mais impactante nos fenômenos historicamente transformado em eternos e naturais, tal qual a temática da deficiência, interpretada equivocadamente como um universal relacionado à falha, limitação, passividade. Ora, um breve movimento exegético nos aponta que a tríade figurativa e representacional aludida sobre a mesma trata-se de um produto gestado mediante conformação e consolidação do sistema capitalista de produção, ou seja, não é um universal, mas, sim, um universal burguês, relações que precisam ser urgentemente apontadas até como protoforma de outro entendimento sobre a deficiência, não mais escrava de ditames médicos e biológicos. E, neste momento, a única possibilidade que visualizamos de recobrar o caráter histórico das categorias, transformadas em anátemas naturalizantes até como meandro de justificação das desigualdades experimentas, reside em voltarmos a enfatizar a força e a necessidade de um pensar teórico que se embrenhe na historicidade dos fatos.

## MESMO À NOITE, NEM TODOS OS GATOS SÃO PARDOS

Se em todo trabalho de corte científico o difícil é o começo, como já pontuava Karl Marx (2003), mais abstruso ainda tende a ser hodiernamente a materialização acadêmica de quefazeres estritamente teóricos, principalmente quando consideramos a força sufocante que as correntes pragmáticas e o saber fincado na cotidianidade estabelecem sobre as mais diversas formas de se pensar os textos e contextos de nossa realidade.

A sociedade capitalista tardia ou contemporânea pode ser caracterizada por uma gama de epítetos, dentre os quais certamente estará presente a valorização da racionalidade do sempre igual no processo de relação entre sujeito e objeto, o enaltecimento dos chamados pensamentos de clichês, e uma reconhecida aversão pela teoria em sua forma contestadora e desestabilizadora das verdades anteriormente tidas por naturais, elementos igualmente comuns a todas as sociedades que antecederam ao capitalismo, todavia, parecem paradoxais quando manifestos em profusão por um sistema liberal, individualista, racional, burocrático e secularizado, posto que teoricamente represente um movimento material e espiritual em direção à superação das chamadas verdades eternas e incontestáveis.

Semelhante encadeamento não significa qualquer tentativa de igualarmos sistemas díspares de organização societal, e, sim, de afirmarmos que aparatos opressores necessariamente se valem de medidas e estruturas também opressoras (embora cada vez mais veladas e disfarçadas), muitas das quais dadas anteriormente e cujo objetivo igualmente resida no tolhimento da prática do pensamento e criatividade, obliteração direcionada as múltiplas esferas da cultura, educação, trabalho, lazer. É preciso refletir sobre a materialidade das promessas esvaídas de liberdade, democracia, igualdade e fraternidade propaladas pelo capitalismo e a classe burguesa. Sopesar as grafias e elos conectivos da mesma com o atual estado de coisas que nos cerca, cuja superação demanda não apenas uma prática, mas um pensar também revolucionário.

Seguindo tal raciocínio, ainda permanecem extremamente atuais as assertivas de Lênin (1979, p.87) de que “*sem teoria revolucionária não há prática revolucionária*”, pois “*apenas um movimento guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda*”. Coerentemente, torna-se nítida a relação de unidade, mas não de identidade, entre teoria e prática, na medida em que a teoria deixa de ter objeto quando não ligada a certa prática, e esta se torna cega, espontânea e ingênua quando não iluminada por alguma forma de teoria crítica, daí a importância do conceito de práxis como prática social incorporada de teoria.

A força de qualquer movimento societário está indissociavelmente ligada a relação de unidade entre teoria e prática. Unicamente a teoria pode

dar relativa segurança e orientação sobre os caminhos que devem ser percorridos em direção a dada transformação social mediante a compressão temporal entre passado, presente e futuro. Aqui, torna-se nítida a afirmação materialista-histórica de que o pensamento como relação teórica entre o sujeito e determinado objeto/fenômeno se desenvolve exatamente na base de interação entre estes elementos; não existe qualquer pensamento descolado das atividades humanas que o sustentam, embora reconheçamos a relativa autonomia do pensamento e da teoria em relação à prática. Aliás, reconhecemos que, em determinadas condições, o pensamento crítico e uma teoria efetivamente emancipatória apenas podem se desenvolver a partir de certo descolamento em relação à prática propriamente dita e as experiências fincadas sob o prisma do socialmente tido como natural e ideal, o que, entretanto, não significa a autonomização absoluta da teoria sobre a prática e a perda de sua vinculação com o movimento real da sociedade.

Teoria e práxis não são imediatamente o mesmo, nem absolutamente distintas, sua relação é de descontinuidade. Nem a práxis transcorre independentemente da teoria e nem esta é independente daquela, uma vez que se a práxis fosse regida única e exclusivamente pelas indicações da teoria endurecer-se-ia, falseando a própria teoria.

Por todas essas razões, no entender de Adorno (1995, p.211), “a aversão à teoria que notamos nos dias atuais não só não se justifica, como também debilita a práxis, a condena ao fracasso, de modo que constitua a fragilidade da práxis”. Aliás, no entender do referido autor, o relacionamento infeliz entre teoria e prática consiste nos dias hodiernos precisamente no fato de a teoria se encontrar subsumida a uma pré-censura prática. O compósito destas circunstâncias exige-nos o desenvolvimento do pensar crítico, aquele que busque os últimos resíduos de liberdade ainda que pareça impotente frente a grande marcha da história.

Contudo, é importante ressaltar que apesar de argumentarmos sobre a importância da teoria para a compreensão da realidade, não estamos sugerindo que a mesma possa expressar exatamente o real em suas múltiplas determinações e minúcias, pois temos consciência de que a teoria e, por conseguinte, o pensamento humano, representa uma aproximação da realidade em determinado tempo e espaço prefigurado pelo desenvolvimento histórico de forças produtivas materiais e simbólicas. Logo, será sempre parcial sob certo ponto de vista, ou seja, ao mesmo tempo em que desvelará relações encobertas nas esferas cotidianas também continuará encobrendo outros elementos não visíveis aos olhos de dado pesquisador.

Dito isto, objetivamos destacar com estas primeiras palavras a independência dependente do pensar em relação ao seu objeto, na medida em que o imperativo da distância relativa entre as esferas é contrabalançado

a todo o momento pela inequívoca necessidade de o pensamento levar em conta a materialidade que o cerca, caso contrário, como pontua Adorno (1995), o pensamento se afundará em uma noção de pureza quase metafísica, que, longe de representar um canal para a libertação, acaba por cumprir a função disciplinadora e repressora da efetiva crítica.

Também é valoroso ressaltar que apesar de toda teoria possuir determinada relação com a prática, mesmo quando negue tal vínculo, tais nexos são radicalmente distintos dependendo do local e da metateoria em que tais nexos se desenvolvem. Coloca-se então uma questão de escolha e, conseqüentemente, também de não escolha do caminho projetivo que se deseja seguir. Em nosso caso, tal caminho passa pela transformação da realidade. Nesse escopo, em uma sociedade fetichizada pelas normas e pelo poder da mercadoria que a tudo transforma em objetos, inclusive os próprios seres humanos, novamente categorias como ideologia e alienação voltam a ganhar força motriz no esteio de análises efetivamente críticas deste modelo societal, demarcando, assim, o papel crucial que a teoria possui em um mundo no qual a reflexão é tornada secundária e os processos de abstração vistos como devaneios singulares.

Mais do que nunca é preciso combater as chamadas respostas imediatas a certos fazeres, pois estas impedem o desenvolvimento do pensar crítico, ou seja, demonstram em carne aquilo que podemos denominar de aversão da teoria transmutada por uma suposta força do coletivo em que o senso comum e os conceitos naturalizantes se constituem como o palco formador da maioria de nossas opiniões e certezas, estáticas apenas até o momento em que se veem confrontadas pelo caráter mediato do pensar crítico. Devemos desconfiar da aparência, mesmo porque, como bem pontua Marx (1996, p.271), “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

A boa teoria nasce da prática para dela separar-se relativamente e a posteriori voltar ao seu terreno sob forma libertária. Esse talvez seja o grande ensinamento de Adorno (quando a teoria alcança algo importante, o pensamento produz um impulso prático, mesmo que oculto a ele) sobre as relações entre teoria e prática, compreensão em rígido acordo aos postulados do materialismo histórico do qual boa parte da Escola de Frankfurt é caudatária. Reitera, em outros termos, a importância em se questionar com o radicalismo necessário a dominação das classes dominantes sobre as dominadas e oprimidas, processo projetivo cuja teleologia se orienta sob uma guinada libertária ao enfatizar que a análise de uma dada situação possibilita a recusa em se adaptar a esquemas e modelos sociais desfavoráveis, coerentemente, a reflexão crítica nos conduz para além das coações impostas pelas esferas, saberes e discursos normativos.

Logo, é o bloqueio material e espiritual gerado pelas esferas cotidianas sobre as múltiplas contradições prementes na sociedade que possibilita a supervalorização da prática e a escravização do sempre igual. Não se pode mudar, transformar, plasmar outra possibilidade, enfim, pensar, esta é a lógica a qual estamos submetidos. Contra ela, que demarca a deficiência como falha, limitação, dano biológico, infortúnio e tragédia pessoal nos interpomos frontalmente. A nós esta concepção e suposto predicativo da deficiência não basta, pois equivocado, opressivo e alienante.

Assumimos o risco de partir de uma natureza diferente, de pensarmos de forma negativa quanto a está lógica (quão bem nos faz Hegel, de fato, não se pode tratá-lo como cachorro morto, já pontuava Marx (1968), de trazermos efetivamente a história ao campo de análise da categoria deficiência. Como pontua Fernandes (1976), a falta de história em nosso pensamento parece ser uma das principais máculas desta liquidez característica dos tempos atuais. É preciso recuperá-la. Não se é crítico sendo anistórico. Esta é uma tarefa da mais alta envergadura, impregnar a deficiência de meandros históricos. Apenas então podemos redargui-la sob outro lineamento.

Se a lógica atual é apagar a historicidade dos fenômenos humanos, a nossa, deve se amoldar antiteticamente, impregnando de história o supostamente dado e natural, biológico e eterno, vértices estes hegemonicamente utilizados no processo exegético de apropriação das complexas relações que envolvem deficiência e sociedade, relações estas presentes desde o estabelecimento das primeiras comunidades humanas, contudo, contínua e inescrupulosamente apagada da história que nos é contada pela via escrita. É preciso recobrar o passado com os olhos de quem nele introduz algo novo, em nosso caso, a experiência e presença da deficiência nos mais distintos recônditos.

Não constitui qualquer novidade a afirmação, como pontua Stiker (2006, p.24), de que a figura da deficiência esteve historicamente presente nas mais diversas sociedades já noticiadas, pois “onde quer que tenha havido relatos efetivos de corpos humanos em coletividades sociais podemos também pressupor dá existência de corpos humanos em desvio, enfim, corpos excepcionais, diferentes, anormais”. Por um exercício de lógica podemos considerar, nestes termos, a deficiência como uma constante e não um desvio na história da humanidade. Contudo, tal presença não pode ser utilizada a fim de demarcar qualquer processo de naturalização da deficiência, na medida em que, apesar de existir nas mais diversas épocas, continua a se tratar de um fenômeno profundamente histórico que varia em termos de amplitude e incidência em contextos sociais distintos, pois conforme retrata Omote (2004, p.289)

A história da Humanidade revela, desde os tempos remotos, as mais variadas formas de se lidar com determinadas diferenças, alvos de alguma atenção especial, seja de temor e medo, seja de admiração e veneração. As mais variadas diferenças receberam os mais variados tratamentos no decorrer dos milênios. Condições que eram alvos de profunda abominação, podendo até levar o seu portador a formas extremas de exclusão ou de eliminação, podem, em outros tempos, tornar-se alvos de afeição e simpatia. Outras condições podem ser repudiadas em algumas comunidades e aceitas em outras, na mesma época, recebendo interpretações e eventualmente designações diferentes. A homossexualidade, a prostituição, a cegueira e a bruxaria são alguns desses exemplos. As terríveis cicatrizes e mutilações resultantes de luta em batalhas podem levar os seus portadores, em tempos de guerra, à posição privilegiada de heróis e a serem admirados e valorizados. Mas, em tempos de recessão e dificuldades, após o término da guerra, podem perder seus privilégios e sofrer segregação e exclusão.

Toda diferença, como o é a deficiência, pode ser vista sob o prisma ontológico da produção social, principalmente quando perfilhamos do pressuposto de que o significado de tal projeção se dá em processo de intercâmbio contínuo entre distintas forças sociais. Assim, é um terreno extremamente confortável, mesmo a uma abordagem biologicista, proferir em alto e bom som que a deficiência trata-se de uma construção histórica. Ora, isso não diz absolutamente nada. É uma forma tautológica a fim de tergiversar sobre a complexidade que está cravejada na análise de algo que se diz produzido historicamente.

Não basta dizer que a deficiência é uma construção social. Isso diz pouco. Salutar em tempo presente se mostra a densidade explicativa que o poema Vida e Morte Severina de João Cabral de Melo Neto carrega ao tracejar em tintas poéticas Severino, filho do sertão nordestino.

*O meu nome é Severino  
 não tenho outro de pia.  
 Como há muitos Severinos,  
 que é santo de romaria,  
 deram então de me chamar  
 Severino de Maria;  
 como há muitos Severinos  
 com mães chamadas Maria,  
 fiquei sendo o da Maria  
 do finado Zacarias.  
 Mas isso ainda diz pouco:  
 há muito na freguesia,  
 por causa de um coronel  
 que se chamou Zacarias  
 e que foi o mais antigo  
 senhor desta sesmaria.*

*Como então dizer quem fala  
ora a Vossas Senhorias?  
Vejamos: é o Severino  
da Maria do Zacarias,  
lá da Serra da Costela,  
limites da Paraíba.  
Mas isso ainda diz pouco:  
se ao menos mais cinco havia  
com nome de Severino  
filhos de tantas Marias  
mulheres de outros tantos,  
já finados, Zacarias,  
vivendo na mesma serra  
magra e ossuda em que eu vivia.  
Somos muitos Severinos  
iguais em tudo na vida:  
na mesma cabeça grande  
que a custo é que se equilibra,  
no mesmo ventre crescido  
sobre as mesmas pernas finas,  
e iguais também porque o sangue  
que usamos tem pouca tinta.  
E se somos Severinos  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte,  
de fome um pouco por dia...*

Severino, figura simbólica versada acima, é nossa metáfora analítica para a ideia da deficiência como construção social, pois se delinea esteticamente pela exploração das circunstâncias que o cerca. É um Severino como pressuposto ontológico, em constante relação com o meio e consigo mesmo, escapando a qualquer designação extemporânea ou autoexplicativa.

Tal analogia reitera a necessidade de se investigar as minúcias da produção social da deficiência. Levantar suas teses, antíteses e estabelecer novas sínteses. Essa tarefa ideativa foi levada a cabo, mediante a incorporação do materialismo histórico como referencial cardinal de análise, pela corrente londrina denominada *Disability Studies*<sup>1</sup>, que, apesar de pouco difundida em terras brasileiras, se mostra influente no que tange a um verdadeiro repensar da deficiência sob perspectivas diametralmente opostas

---

<sup>1</sup> Grupo londrino composto por Oliver, Barnes, Barton, Finkelstein e Gleeson, todos ativistas, com limitações físicas patentes e que içaram a temática da deficiência a uma questão de direitos, se valendo da contribuição de outras minorias sociais.

àquelas hegemonicamente perpetradas na dialogia cotidiana. Os estudos sobre a deficiência objetivam chamar a atenção para as tendências de desativação presentes nas estruturas da sociedade moderna e configurar mecanismos que possam gestar políticas, teorias e práticas que confrontem tal situação. A escolha terminológica por *Disability Studies* visa destacar a deficiência como categoria produzida por várias forças: econômicas, políticas, culturais, simbólicas, atitudinais, elemento que impossibilita a explicação da mesma de forma simplista e unilateral, cujo vetor da crítica aponta os dedos para o saber médico e convencional sobre a deficiência.

Compõe, assim, uma arquitetura que destaca como os rótulos pejorativos sobre a deficiência são criados e historicamente impostos, portanto, não eleitos, os quais apesar de não corresponderem a realidade moldam uma feição social politicamente divisionista, que tantos agravos têm causado àqueles submetidos a tal prática de etiquetagem. Romper com essa tradição é um compromisso assumido pelos autores fundadores dos chamados *Disability Studies*, assim como a afirmação taxativa do significado da deficiência, das atitudes assumidas sobre a mesma e da noção de incapacidade como uma construção cultural e situacional orientada para interesses escusos permeados por uma sociedade somática, alienada e alienante. A deficiência, neste escopo teórico, deve imperiosamente ser interpretada como uma forma de restrição/opressão social, com isso, se objetiva rejeitar as categorias de explicação normativas ou qualquer outra forma de construção social divorciada da experiência direta das pessoas com deficiência. O argumento crucial neste solo histórico é o de que

Todas as pessoas com deficiência experimentam múltiplas maneiras de restrições sociais, seja devido à inacessibilidade de alguns ambientes ou de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade de a população em geral se comunicar mediante uma linguagem gestual ou pelo uso do Braille, ou ainda pelas atitudes de descrédito e preconceito desferidas contra as pessoas com deficiência (OLIVER, 1996, p.44).

Com o advento da modernidade observamos o abrolhar de uma verdadeira adoração pela norma e simétrico, da paixão irremediável pelo produtivo. Em tal contexto muda-se radicalmente o vértice pelo qual os seres humanos são interpretados e valorados. O nascimento da modernidade traz consigo a criação de uma patente diferenciação entre classe de pessoas, os úteis/inúteis, produtivos/improdutivos, humanos/quase-humanos, das principais responsáveis pela heterofobia que caracteriza os tempos atuais, estereotípias essas ordenadas e coordenadas também pelo saber médico, tornado verdadeiro guardião do Estado e dos anseios burgueses. Nesse contexto, a deficiência deixa de ser interpretada como fruto relações pecaminosas ou quaisquer outro misticismo tal qual no medievo e passa a

ser encarada como falha ou incompletude biológica. Desde o advento da modernidade, como pontua Stiker (2006, p.53), “não falamos mais em balizas de bem e de mal, de divino e maligno, mas em termos de sanitário/mórbido ou de higiênico/insalubre, do completo e incompleto”.

Dito isto, não necessariamente o caráter dominante assumido pelo saber médico significou uma efetiva transformação democrática no que tange as possibilidades de fruição e apropriação cultural pelas pessoas com deficiência. Que se operou uma transformação em sua forma de entendimento é incontestável, contudo, acreditamos que o enfoque biologicista não deve ser visto como a última palavra em termos de deficiência. Não há linearidade entre a predominância do conhecimento médico sobre o religioso como correlata a uma atitude mais democrática para com o fenômeno da deficiência.

Se olharmos atentamente para a história, perceberemos que muitas das profecias autorrealizadoras sobre a incapacidade de inserção social das pessoas com deficiência delinearam-se exatamente a partir da perspectiva médica. Perspectiva esta que definiu em termos de sinonímia deficiência e incapacidade. São termos absolutamente idênticos neste terreno, acentuados em contraposição a eficiência e a capacidade. Mantém-se um binarismo conceitual perverso que afasta o polo oposto dos usufrutos sociais mediante a definição de um tipo ideal, que reserva aos que se desviam dos padrões dominantes de comportamento, funcionalidade e aportes estéticos toda sorte de intempéries que dificultam sua plena inserção a sociedade.

No seio desta perspectiva é notória a transferência linear do não ajustamento social da pessoa com deficiência a sua fisiologia e corpo desviante, ou seja, direciona-se uma complexa questão social como sendo de única e exclusiva responsabilidade do indivíduo, deixando implícita a ideia de que o sujeito apenas se integrará a sociedade quando transformar sua condição orgânica deteriorada e recobrar um suposto estado de normatividade. Logo, retira-se qualquer possibilidade de intervenção que não esteja focalizada no saber médico, na cura, readaptação, conjunto conceitual denominado de modelo individual da deficiência.

Quanto mais avançou o capitalismo mais individualizado se tornou o homem, cuja materialidade trouxe novos problemas de ordem e controle social. O corpo aparece como portador de novas variáveis, sendo dividido não apenas entre ricos ou pobres, alimentados ou subnutridos, submissos ou indolentes, fortes ou fracos, como observamos em estádios históricos anteriores. Passa a ser também definido entre mais ou menos utilizável, mais ou menos favorável ao investimento rentável, aqueles com perspectivas de maior ou menor grau de sobrevivência e, claro, aqueles que se mostram mais ou menos proveitosos para receber o novo treinamento e disciplina necessária à produção gestada pela máquina.

Ainda assim, no entender de Barnes (2009), o trânsito da narrativa mística, mágica ou religiosa para a médica e biológica deve ser considerado como importante avanço no que tange a melhor compreensão da deficiência, raciocínio justificado pelo fato de que irrevogavelmente a deficiência possui uma dimensão biológica e sua análise deve se dirigir a ela em algum momento. Contudo, neste momento é preciso ir além destes desígnios, buscar outros ardis e novos frascos. Criar um modelo social de interpretação da deficiência.

O passo fundante rumo a essa contenda foi tracejado quando os Disability Studies edificaram a distinção pioneira entre lesão e deficiência, tornada pedra angular do movimento. A primeira é vista como a falta de parte ou da totalidade de um membro, órgão ou sentido não funcional, portanto, refere-se às condições biofísicas do indivíduo, em clara alusão ao referencial médico, enquanto a deficiência trata-se da “desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não leva em conta as diferenças expressas por pessoas com deficiências, excluindo-as da participação nas atividades sociais” (UPIAS, 1976, p.14). Sobre esta distinção, se constrói o conceito central pelo qual todas as produções posteriores dos Disability Studies irão se reportar, qual seja: “a deficiência é algo imposto, sob a base de nossas lesões, pela maneira como somos desnecessariamente asilados e excluídos da plena participação na sociedade” (UPIAS, 1976, p. 3-4).

Indubitavelmente tal definição produz um enriquecimento na forma de se interpretar a deficiência, na medida em que diferencia natureza de sociedade ao argumentar que a opressão não é resultado da lesão, mas de ordenamentos sociais excludentes. Nessa arquitetura teórica passa a ser perfeitamente compreensível a pessoa ter uma lesão e não experimentar a deficiência, cuja consecução depende do grau de flexibilidade da sociedade em se adaptar as mais diversas diferenças, materialidade claramente distante de se tornar prática nos mores modernos.

Destarte, o que interessa fundamentalmente aos teóricos do modelo social e também a nós não é a lesão em si tal qual particulariza o saber médico, mas a opressão materializada sobre a condição da lesão que delimita a deficiência. Isto posto, como aponta Oliver (1990), fundador e mais influente teórico deste modelo, qualquer que seja a natureza ou causa da deficiência, os problemas principais enfrentados pelas pessoas deficientes residem da desativação do ambiente e das múltiplas barreiras insensíveis a diferença, a citar, barreiras atitudinais (relacionada à atitude das pessoas consideradas normais em relação aos deficientes, tais como o sentimento de caridade, dó, afastamento, etc.); barreiras econômicas (a pobreza, a discriminação no mercado de trabalho, a impossibilidade de autossustento, dentre outros); barreiras físicas (por exemplo, falta de transportes, prédios, cinemas e praças esportivas acessíveis, escolas adequadas); barreiras

políticas (falta de uma legislação específica que combata a discriminação e que institua direitos inalienáveis como trabalho, lazer, educação, saúde, habitação). Neste complexo, a deficiência é ou refere-se, portanto, a uma questão de direitos, tais quais outras formas de discriminação e preconceitos injustificáveis como o sexismo, racismo, homofobia, a intolerância religiosa.

Essa simplicidade propositiva choca qualquer sabedoria convencional sobre a deficiência em um primeiro momento. Mas também é uma de suas funções. Chocar, ruir certezas, abalar convicções. Isto é profundamente libertador. Afastar os pressupostos acrílicos sobre uma suposta desvantagem natural causada por genes, glândulas, cromossomas, cujo campo nos parece etéreo e metafísico, para um campo no qual estas desvantagens se situam na esfera palpável da estrutura social decididamente não é pouca coisa. Ver a presença de degraus e não a ausência de uma perna como impeditivo ao acesso público realmente nos assombra, assim como olhar para as práticas médicas sob o signo da desconfiança devido aos equívocos cometidos no processo de colonização da deficiência engendrado por seus profissionais.

Tais apontamentos transformaram radicalmente, no entender de Giddens (2006) a maneira como a deficiência passou a ser encarada em toda a Europa no último decênio, promovendo intensos debates e fomentando a conquista de direitos para uma parte da população historicamente excluída dos mesmos. E qual foi o estopim para tanto?

Uma nova teoria, a qual produziu novas relações e o estabelecer de outras práticas ao se firmar sob outros lineamentos ontológicos. Muda-se, desde então, o foco, a relação e o próprio sentido fenomênico da experiência da deficiência. Na senda destes argumentos, os teóricos do modelo social buscaram estabelecer uma espécie de revolução científica sobre a deficiência com o objetivo explícito de alterar a consciência e o entendimento que a imensa maioria da humanidade possuía sobre o referido fenômeno. Tal movimento demarca a importância conferida a teoria como formadora das relações sociais, mas, sobretudo, como espaço no qual se reconfiguram socialidades.

O marxismo também trouxe uma revolução científica ao universo das ciências humanas que grande impacto exerceu sobre nossas vidas. O quão revolucionário não foi à época descobrir que havia uma explicação histórica para os impasses, desajustes e ao emaranhado de exclusões que dilaceram a sociedade humana, e, mais além, que este momento podia ser superado mediante ação coletiva organizada.

Os teóricos do modelo social objetivam realizar o mesmo movimento, embora sob outras proporções, ao implodir os fundamentos do modelo individual da deficiência e ressaltar a mesma como um produto

histórico gestado pela opressão secular alavancada nos ditames capitalistas. Que tamanha mudança em termos políticos e práticos não representa o processo de deixar de entender a deficiência como providência divina ou falha biológica e passar a configurá-la como um produto de uma sociedade altamente excludente? Esta é uma literatura que ainda se mostra pouca estudada e explorada em terras tupiniquins, as quais nos permite formular perguntas do tipo: É a deficiência individualizada e medicalizada em todas as sociedades? Caso a resposta seja negativa, cabe indagar como a medicalização e a individualização se estabeleceram como forças dominantes no terreno do capitalismo? Pode esta situação ser considerada um avanço em relações a épocas anteriores? Chegamos a um ponto final nas possibilidades interpretativas do fenômeno da deficiência? Se não, como superar o atual estado ontológico envolto sobre a categoria deficiência?

Perguntas estas cujas respostas se mostram essenciais a reordenação do fenômeno posto, neste caso, a deficiência, enriquecida sob outras perspectivas a partir deste movimento essencialmente gnosiológico e cognoscitivo. É, de fato, a teoria importa.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Notas Marginais sobre teoria e práxis*. Petrópolis, Vozes, 1995

BARNES, C. *Un chiste malo: rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedad que discapacita*. México: FCE, 2009.

FERNANDES, F. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

GIDDENS, A. *Sociology*. 6ª edição. Cambridge: Polity Press, 2006.

LÊNIN, V. I. *Que fazer?: as questões palpitantes do nosso movimento*. Kyra Hoppe (Trad.). São Paulo: HUCITEC, 1979.

MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, K. *Critica de la filosofía del estado de Hegel*. México: Grijalbo, 1968.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1.

OLIVER, M. *The Politics of disablement*. Macmillan, Basingstoke, 1990.

OLIVER, M. *Understanding disability: from theory to practice*. Macmillan; 1996.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

STIKER, H. J. *Corps infirmes et sociétés*. Paris: Dunod, 2006.

UPIAS, *Fundamental Principles of Disability Union of the Physically Impaired Against Segregation*, 1976. Disp. em [http://www.leeds.ac.uk/disability\\_studies/archiveuk/archframe.htm](http://www.leeds.ac.uk/disability_studies/archiveuk/archframe.htm). Acesso em 10/03/2012.